



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

ARTICULAÇÃO INTERTERRITORIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO FORMOSO-BAHIA

Maria Victória Souza Gonçalves*¹ and Gina Gouveia Pires de Castro²

¹Mestranda em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco;

²Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestre pela UFPE. Pós Graduação em Direito Público - Faculdade Maurício de Nassau

ARTICLE INFO

Article History:

Received 20th September, 2020

Received in revised form

20th October, 2020

Accepted 28th November, 2020

Published online 30th December, 2020

Key Words:

Field Education. Interterritorial articulation.

Municipal Education Plan. Decolonial practices.

*Corresponding author:

Maria Victória Souza Gonçalves,

ABSTRACT

This study aims to describe the impact of the Interterritorial Articulation of Field Education on the affirmation of Field Education in the Municipal Education Plan of Campo Formoso-Bahia. The research, of a qualitative nature, in a transdisciplinary perspective, took place in the intersection of the narratives of the representatives of the institutional collectives, namely, Universities, Research And Extension Center in Territorial Development - NEDET/UNEB and Social Movements that compose the said Articulation with the documentary analysis of the Municipal Plan of Education of Campo Formoso, whose validity covers the period of 2015-2025. The results obtained indicate that the decolonial practices of producing knowledge from the ecology of knowledge around a common horizon that guides the Interterritorial Articulation guided the work of the Municipal Department of Education of Campo Formoso-BA in its task of building the Municipal Education Plan, influencing the expansion of the presence of Field Education in the Municipal Educational Policy.

Copyright © 2020, Maria Victória Souza Gonçalves¹ and Gina Gouveia Pires de Castro. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Maria Victória Souza Gonçalves and Gina Gouveia Pires de Castro. 2020. "Articulação interterritorial: contribuições para a educação do campo no plano municipal de educação de campo formoso-bahia", *International Journal of Development Research*, 10, (12), 42516-42520.

INTRODUCTION

O mundo globalizado tem dado visibilidade a problemas sociais decorrentes da ação orquestrada pelo capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. As diversas opressões deles decorrentes têm provocado nos meios acadêmicos um grande questionamento sobre a produção científica nas ciências sociais, em especial sobre a busca de sentido e a contribuição na resolução dos problemas sociais decorrentes dessa tríade opressora. Se por um lado temos assistido a um processo de ascensão de opressões, temos também acompanhado uma ação articulada dos movimentos sociais sob a égide de uma tradução intercultural como se observa na constituição do Fórum Social Mundial. Esse movimento assume uma perspectiva descolonial, possibilitando o diálogo entre saberes, com o firme propósito de atender a uma finalidade concreta: justiça social e cognitiva. Isso tem provocado uma mudança no eixo de poder que se horizontaliza, que passa a discorrer sobre um conjunto de pessoas/entidades. Do ponto de vista do ser, desautorizam-se as metanarrativas e o lugar da fala do outro sobre si, e nesse sentido os processos sociais são pensados e construídos a partir das demandas dos próprios sujeitos, que se

empoderam, produzindo um aprendizado mútuo com vistas a melhorias concretas em suas próprias vidas. Nesse sentido, e considerando que a atual conjuntura sócio-política brasileira é de desmonte de direitos, em função da política de austeridade econômica assumida pelo governo federal o que repercute nas diferentes áreas da vida social, educacional, trabalhista, previdenciária, se faz necessária a busca de saídas para os problemas postos, e para tanto, os diferentes segmentos sociais se unem em torno de uma causa comum: superar as injustiças a que são submetidos. O processo de superação da exploração/dominação só se dá se realizado de forma articulada, se as forças de resistências se juntarem para combater essas forças que agem também de forma articulada, como se observa na Articulação Interterritorial para fortalecimento da Educação do Campo que nasce no âmbito do Território de Identidade Baiano Piemonte Norte do Itapicuru como espaço onde um conjunto de diferentes segmentos se unem para fortalecer um horizonte comum: o direito dos povos camponeses de viver em suas comunidades tendo acesso às diversas políticas públicas, a partir da afirmação da Educação do Campo no Semiárido como direito fundamental que acessa outros direitos. Nesse sentido a Articulação Interterritorial se debruça a difundir a concepção de Educação do Campo,

trazendo para o debate o conjunto de instituições públicas de ensino superior, possibilitando o mapeamento dos pesquisadores da Educação do Campo e a aproximação dos debates da educação contextualizada para a convivência com o Semiárido da Educação do Campo. Pensar na Educação do Campo como área de conhecimento e política pública embrionada pelos Movimentos Sociais implica assumir seu caráter descolonizante de dar visibilidade às formas de vida, vozes, saberes e jeitos de coletivos historicamente subalternizados pelo projeto societal hegemônico capitalista, entendendo que é possível a produção de saberes que corroborem para a equidade e a justiça social e cognitiva, buscando não apenas uma mera ruptura de um momento histórico colonizante, mas uma ruptura de valores e padrões impostos pelo pensamento europeu (MENESES, 2016).

Pensar de forma descolonial através do Movimento da Educação do Campo é pensar diferente do que foi imposto, é reconhecer o protagonismo discursivo de quem esteve historicamente na subalternidade. Isto significa saber e permitir ouvir o outro, dar visibilidade aqueles que foram durante muito tempo oprimidos e descartados, e, a partir da divulgação de suas experiências, construir com eles novos saberes e novas práticas. E é nessa perspectiva que ganha centralidade a Educação do Campo como um direito que acessa outros direitos, e, como constituinte de um projeto de sociedade que enxerga o campo como um lugar de vida, e, portanto, carregado de direitos a serem afirmados. Scherer-Warren (2006) enfatiza os novos formatos que os movimentos sociais assumem, destacando que atualmente tem crescido as redes de movimentos sociais resultado de articulações de identidades plurais que juntam suas lutas em busca de justiça social, ambiental e cognitiva, entendendo a indivisibilidade dos direitos, como se vê na Marcha Mundial das Mulheres, a Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e no Fórum Social Mundial. Belonhezi & Priori (2016), com o propósito de compreender a Articulação Paranaense no âmbito dos Movimentos Sociais em Rede, e assumindo a Educação do Campo como política pública decorrente do protagonismo dos Movimentos Sociais, fazem uma análise do papel dessa Articulação na construção da política estadual de Educação do Campo, destacando a diversidade constitutiva desse coletivo que abarca movimentos sociais do campo, prefeituras e universidades.

Gonçalves (2018) descreve o I Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido (SIECS), realizado em 2016 como uma importante experiência de ecologia de saberes em prol da política de Educação do Campo, organizado pela Articulação Interterritorial de Educação do Campo - coletivo plural e portador de saberes diversos que atua nos estados da Bahia e de Pernambuco no âmbito dos Territórios de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru e Sertão do Francisco e constituído por Instituições Públicas de Ensino Superior, Movimentos Sociais do Campo, Movimento Estudantil, Docentes, Gestores Escolares e Artistas. Assim, partindo da compreensão de que os Movimentos Sociais tiveram e têm um protagonismo significativo na organização social e política do Brasil, se apresentando como fundamentais no processo de democratização, e, principalmente provocados pelas discussões trazidas por Santos (2018) naquilo que ele chama de Tradução Intercultural, destacam-se as formas como as “Redes” constituídas pelos Movimentos Sociais têm lidado com as demandas da contemporaneidade, encontrando saídas que tenham como horizonte a emancipação humana. Mas em

que medida a ação articulada desses movimentos em torno da Educação do Campo tem dado lastro às políticas municipais de educação do campo dos municípios que a integram? De que forma a produção de saberes compartilhados por esse coletivo diverso poderá fortalecer a garantia do direito à educação do campo previsto no ordenamento jurídico brasileiro? Qual o lugar da Educação do Campo nos Planos Municipais de Educação para o decênio 2015-2025? Nesse sentido, com o propósito de compreender como a presença da Secretaria Municipal de Educação de Campo Formoso na Articulação Interterritorial impacta na Política Municipal de Educação do Campo, se desdobram os seguintes objetivos específicos: Identificar as metas e estratégias específicas sobre Educação do Campo no PME; Descrever, sob a égide do direito à educação do campo de qualidade, as políticas educacionais do Campo ofertadas no Município; e Identificar ações desenvolvidas pela Articulação Interterritorial para Fortalecimento da Educação do Campo no Semiárido.

MÉTODOS

A presente pesquisa se deu sob a égide das perspectivas descoloniais que possibilitam a pluralidade interna da ciência e o diálogo entre saberes com o firme propósito de atender finalidades concretas (SANTOS, 2010). Nesse sentido, assume-se uma metodologia transdisciplinar (MAMA, 2010) que permite o intercrucamento entre a exposição de narrativas e a pesquisa documental, numa abordagem qualitativa. Busca-se analisar as influências da Articulação Interterritorial de Educação do Campo na política de Educação do Campo em um dos municípios abarcados pela supracitada Articulação e lugar onde vivem e atuam as pesquisadoras. Como pesquisa situada, o viés descritivo é extrapolado com a análise e interpretação dos discursos mapeados, num processo de triangulação de dados (TRIVIÑOS, 1987), utilizando inclusive a escuta dialogada com os integrantes da Articulação Interterritorial e a Secretária Municipal de Educação do Município de Campo Formoso/BA. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e empírica, a primeira na medida em que se parte de um conhecimento acumulado produzido pela comunidade científica para a partir dela estudar uma situação específica que se dá por meio de um trabalho *in loco*. A segunda, por meio de uma pesquisa de campo, que proporcionou à pesquisadora elementos necessários para entender a questão em ênfase, por meio da qual foi possível ter acesso a dados que permitam chegar a compreensões da questão em tela.

Foram utilizados como Instrumentos de coleta de dados a entrevista semi-estruturada, considerando que ela representa a melhor forma de aproximação com o discurso dos sujeitos pesquisados, e a análise documental do Plano Municipal de Educação a fim de elucidar os impactos da participação da Secretaria de Educação na Articulação Interterritorial. Como técnica de análise dos dados, foram utilizadas a análise do discurso dos sujeitos pesquisados e a análise do conteúdo (BARDIN, 2011) na pesquisa documental do Plano Municipal de Educação, através da análise do contexto de elaboração, a natureza da presença da Educação do Campo no referido texto legal e suas implicações, entendendo que os elementos culturais pesquisáveis não são meramente “reflexo das forças estruturais da sociedade, mas um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas” (MATTOS, 2011, p.50). Os sujeitos escolhidos representam dois grupos: a. O primeiro formado por

integrantes da Secretaria Municipal de Educação de Campo Formoso/Ba que atuaram na elaboração do PME e b. representantes de outras entidades que compõem a Articulação Interterritorial, escolhidos aleatoriamente. A referida Articulação Interterritorial de Educação do Campo é formada por diversas representações, a saber, Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Juazeiro e Senhor do Bonfim); Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET UNEB Campus VII e NEDET /UNIVASF; Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (Juazeiro, Petrolina e Senhor do Bonfim); IF-BAIANO – Senhor do Bonfim; Núcleo Regional de Educação – NRE- 25; Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão do São Francisco-Bahia; Câmara de Educação do Colegiado Territorial Sertão do São Francisco –BA; Fórum Territorial de Educação do Piemonte Norte do Itapicuru¹ - CODETER/TIPNI; Colegiado Territorial do Sertão do São Francisco -Bahia; Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA; Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB; IF-Sertão Pernambuco; Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Regional de Pernambuco; Núcleo Discente do Curso de Especialização em Educação do Campo – UNEB, campus Senhor do Bonfim.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Articulação Interterritorial assumiu no âmbito dos territórios que abrange um espaço de análise e estudo permanente da Educação do Campo, tanto no sentido de fortalecê-la como área de conhecimento, como e, especialmente como política pública que responde aos anseios e direitos dos sujeitos que a demandam e a constroem. Assim nos apresentas um dos sujeitos pesquisados

Como espaço de problematização a Articulação primeiro tem a finalidade de mapear a Educação do Campo que se tem no território, segundo verificar em que medida as instituições de ensino que formam professores que atuam na educação do campo tem a educação do campo como prioridade, como é que essa Educação do campo aparece no currículo e na prática dessas universidades. A ideia é justamente essa: como é que a educação do campo passa a ser pensada e oportunizada pelas instituições de ensino e como é que as secretarias municipais de Educação no âmbito do território também têm viabilizado a política de Educação do Campo. (SUJEITO 1, 2020).

A clareza da responsabilidade da Articulação Interterritorial, explicitada na fala do Sujeito 1, de cartografar o território no que tange a oferta da Educação do Campo e especialmente de subsidiar as Secretarias Municipais de Educação para que se atinja o postulado de qualidade tem reforçado essa Rede como um espaço que busca dar visibilidade a problemas/situações que passam despercebidos aos olhos do Poder Público e da Sociedade em geral, e que constrói alternativas para superação desses problemas a partir da escuta coletiva e o estudo

permanente, como nos apresenta um dos sujeitos pesquisados,

São encontros periódicos além das representações que cada segmento já assumiu em sua própria entidade, por exemplo, o poder público e a gente temos criado um espaço que tem sido muito importante no âmbito da articulação que é o Seminário Interterritorial de Educação do campo, o primeiro aconteceu em Setembro e Novembro de 2016 e agora em 2018 estamos também já prevendo em Novembro o segundo SIECS, nesse espaço exatamente onde a gente aproveita para explicar o que a gente tem produzido na área. O que é que a gente tem produzido no âmbito do território traz para o debate agentes políticos e públicos que possuem em suas instituições a ideia que é justamente fortalecer Educação do Campo. (SUJEITO 2, 2020)

Dessa forma, percebemos o quão importante tem sido o papel da Articulação na busca pelo fortalecimento de um direito fundamental, que é a Educação para os povos que vivem no campo. Funcionando como um espaço onde diferentes segmentos se unem em busca de um horizonte comum, promovendo ações que visem dar visibilidade a essa problemática e buscando soluções para problemas que eles têm eleitos como prioritários para que subsidiem a proposição de políticas públicas.

Esse perfil de identificação com a Educação do Campo aliado à sua condição de coordenação² do processo de elaboração do Plano Municipal representou uma importante possibilidade de avanço da Educação do Campo na política municipal de educação, e foram essenciais no processo de elaboração do PME, como nos afirma um dos entrevistados:

Mesmo à revelia do PROAN, que é um Órgão da Secretaria Estadual de Educação que orienta os Municípios na parte de Gestão Pública e também na elaboração do Plano Municipal, que orientava sobre a não necessidade da Educação do Campo compor área específica, meta específica no PME, nós decidimos pela afirmação da presença de uma área tão silenciada pelo Estado Brasileiro. Eu tive inúmeros enfrentamentos com os técnicos responsáveis pelo suporte técnico da PROAM. No âmbito da Comissão Ampliada, instituída para coordenar o processo de elaboração do PME, nós discutimos e mantivemos a nossa condição de ente Federativo com a autonomia constitucional que nos cabe, e mantivemos a Educação do Campo com metas específicas, mesmo existindo orientação estadual que dizia que pensar em educação infantil era no município como todo, que pensar em educação de jovens e adultos era pensar no município como um todo e nós entendíamos que não, que existia uma lacuna histórica na Educação do Campo e que se fazia necessário metas expressas em relação a Educação do Campo, inclusive quanto às comunidades tradicionais a gente estabeleceu metas para

¹ O Piemonte Norte do Itapicuru, criado através da Lei 13.214/2014 no âmbito do Governo da Bahia, é um dos vinte e sete territórios de identidade, composto pelos municípios de Andorinha, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Caldeirão Grande, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim.

²No que concerne ao Município de Campo Formoso é importante destacar que a Secretária Municipal de Educação no ano em que se construiu o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025 era professora do quadro efetivo da Universidade do Estado da Bahia no componente curricular Educação do Campo, co-autora do Projeto de Extensão Ciclos de Diálogos Interinstitucionais sobre Educação do Campo e membro da Articulação Interterritorial de Educação do Campo.

construção de creches, em tempo menor para equilibrar o déficit em relação as áreas urbanas, e o resultado foi a aprovação de inúmeras metas demonstrando a especificidade que essa modalidade assumiu no nosso Município (SUJEITO 3, 2020).

Observa-se na fala do/a depoente que a afirmação da Educação do Campo na Política Educacional do município em tela, seguindo a ritualística do que se deu na esfera nacional, decorreu pelo protagonismo dos Movimentos Sociais que têm ganhado novo fôlego a partir dos processos de articulação e atuação em Rede. Nesse sentido nos apresenta um dos entrevistados,

O fato do Município está engajado na Articulação, fez com que a Secretaria Municipal de Educação tivesse a iniciativa de construir uma Comissão Ampliada, onde foi baixado um decreto para pensar no Plano Municipal de Educação e essa comissão era constituída por segmentos da sede, mas também das comunidades do campo, dentre eles, quilombolas, fundo de pastos, professores, estudantes, líderes comunitários, presidente de associação comunitária. (SUJEITO 3, 2020)

A Comissão Ampliada criada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação para Coordenar a elaboração do PME 2015-2025 foi de suma importância para que houvesse o engajamento das comunidades do Campo nas discussões e consequentemente nas decisões a serem tomadas a respeito do tema. Nesse sentido nos acrescenta um entrevistado,

A lei foi aprovada em junho de 2015, mas desde fevereiro havia quinzenalmente os encontros da Comissão Ampliada para pensar, daí porque o resultado foi esse e a gente acabou tendo uma presença significativa da Educação do Campo no texto da lei. Tínhamos quatro representantes da Secretaria Municipal de Educação, um representante do Conselho de Educação, um representante do Conselho do FUNDEB, do sindicato dos professores, de diretores escolares, com esse cuidado de ter diretores da sede e do campo, das Associações de trabalhadores Rurais, do Sindicato dos Servidores, CPT, UNIVASF, UNEB, Associações Quilombolas, Comunidades de Fundo de Pasto e de segmentos de alunos, da educação básica e superior. Então, tínhamos uma representatividade significativa das cinco regiões administrativas nas quais o Município é dividido, ou seja, o Campo se fez presente de forma significativa dentro das representações. (SUJEITO 3, 2020)

O exercício do pensar e agir a partir da ação intercultural de identidades plurais em torno de uma causa comum que orienta a Articulação Interterritorial de Educação do Campo norteou os trabalhos da Secretaria Municipal de Educação de Campo Formoso-BA na sua tarefa de construir, em contexto participativo, o Plano Municipal de Educação. O contexto de elaboração do Plano Municipal de Campo Formoso-BA, demarcou um amplo processo de debate e o consequente mapeamento das condições infra-estruturais das escolas do campo e os demais elementos constitutivos da qualidade do ensino naquele município. Como elucidado na fala dos sujeitos pesquisados, a instituição por Decreto Municipal de uma Comissão Ampliada com ampla representação das comunidades campestres implicou na construção e promulgação da Lei Municipal nº 14/2015 para o decênio

2015-2025. A explicitação de insumos e processos na Lei Municipal decorre da cartografia das escolas realizadas no período de construção do Plano Municipal de Educação e apontam não apenas denúncias sobre as ausências no cumprimento do direito à Educação do Campo de qualidade, mas apresentam especialmente a afirmação da luta dos Movimentos Sociais envolvidos na proposição do PME e uma importante interlocução promovida pelo Poder Público Municipal, decorrente da sua condição de integrante da Articulação Interterritorial.

Considerações Finais

O Município de Campo Formoso ao dar visibilidade legal à Educação do Campo dentro de um contexto de diálogo de vozes plurais dá lastro a um novo ideal de construção de uma política educacional a partir das necessidades, interesses e sentidos de quem a pleiteia: os sujeitos do campo e aqueles que com eles caminham. A interculturalidade exercida e alimentada na Articulação Interterritorial orientou a Gestão Municipal na sua responsabilidade legal de universalizar Educação e Infantil e Ensino Fundamental no prazo estabelecido, com a clareza das lacunas historicamente deixadas para inúmeros estudantes campestres e dos esforços e deslocamento de prioridades para que essas disparidades sejam superadas.

Esse exercício de pensar e agir numa perspectiva de pluralidade e de ecologia de saberes acena para processo de descolonialidade da/na educação. É um aprendizado que passa a se ter com a educação de campo, considerando que são os sujeitos, os coletivos envolvidos, as comunidades que pleiteiam o direito que estão vivenciando, clamando, mas que também estão deliberando sobre sua construção. Trata-se da afirmação de um novo tempo onde um direito fundamental aclamado é defendido por seu portador, alicerçando as políticas públicas que vem a partir das demandas solicitadas.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam não apenas ampliar as discussões acadêmicas sobre a necessidade de proposição de políticas públicas de convivência no Semiárido, a partir da configuração de direitos clamados pelos Movimentos Sociais do Campo na luta por justiça social e cognitiva, como instigar o aprofundamento das questões que extrapolam e interconectam o campo de estudos de diversas áreas de conhecimento, a saber, o Direito, a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Ecologia Humana, entre outras, reforçando a necessidade de se criar uma base filosófica e epistemológica nas Universidades que permita a consolidação de uma ecologia de saberes que estimule não apenas a produção científica numa perspectiva transdisciplinar, como valorize os diversos saberes produzidos para além dos espaços acadêmicos e que tem sido fundamental para sobrevivência de inúmeros grupos humanos. Entendendo que a ecologia de saberes tanto enriquece o conhecimento científico como o coloca numa abertura para o diálogo com outros saberes com o fito de produzir conhecimentos a serviço de justiça social e nesse sentido se afirma à luz de justiça cognitiva, valorizando outras vozes e histórias subalternizadas pela ciência eurocêntrica, espera-se ainda que o presente estudo sobre a Articulação Interterritorial de Educação do Campo possa contribuir para a superação da crise societal vivenciada no Semiárido em tempo de ascensão do conservadorismo e que o Município de Campo Formoso encontre mais alternativas para ter uma Política Municipal de Educação que traduza o

interesse de um conjunto de sujeitos que foram historicamente invisibilizados, que são de fato aqueles estudantes nas mais diferentes idades que moram no campo. Um direito que é colocado como universal, mas que na prática não é. Percebe-se ainda a necessidade de aprofundar o presente estudo, no sentido de verificar como a Educação do Campo aparece nos Planos Municipais de Educação de outras cidades da Bahia onde não há um processo de envolvimento social de Articulação, diferente do caso em tela, que temos o Território Piemonte Norte do Itapicuru, no qual já existe uma Articulação direcionada ao fortalecimento da Educação do Campo e que impulsionou a presença significativa do tema na lei Municipal.

REFERÊNCIAS

- _____. Ministério da Educação e Cultura. LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- _____. Plano Nacional de Educação/PNE – Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.
- _____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. (2010a). In SANTOS, Boaventura de Souza. MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução de Luis Antero Reto & A. Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 2011.
- Bolonhezi & Priori (2016). A Articulação Paranaense e a ação dos Movimentos Sociais em Rede. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467315696_ARQUIVO_ArtigoUFP_RAMPUHCamillaBolonhezi.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de maio 2020.
- CAMPO FORMOSO/BA. Plano Municipal de Educação. Lei 14/2015. Homologada em 27 de junho de 2015.
- Gonçalves, M. E. S. (2018). Ecologia de Saberes na Educação do Campo como alternativa epistemológica e societal: experiência do SIECS. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 3(2), 616-632. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p616>.
- MAMA, Amina. (2010). Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In SANTOS, Boaventura De Souza & MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez.
- MATTOS, Carmem L. G. Etnografia e Educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Autores. 298 p. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- MENESES, Maria Paula. Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique. *Revista OPSIS*; v. 16, n. 1 (2016): Dossiê Descolonizar as Ciências Humanas: campos de pesquisas, desafios analíticos e resistências - Parte 1 jan/jun. 2016.
- SANTOS, Boaventura de Souza. MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Souza. O Futuro do Fórum Mundial Social: o trabalho da tradução. Buenos Aires, Argentina: OSAL, ano V, número 15, set-dez, 2004. Disponível em http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/65_Futuro%20FSM%20-%20O%20trabalho%20da%20traducao_OSAL_2004.pdf. Acesso em 14 de abril de 2018.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Soc. estado.*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>.
- TRIVIÑOS, A. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
